

 COLÓQUIO DE CERISY

Angelina Peralva e Vera da Silva Telles  
Organizadoras

**ILEGALISMOS NA  
GLOBALIZAÇÃO**  
migrações, trabalho, mercados

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*Reitor* Roberto Leher

*Vice-reitora* Denise Nascimento

*Coordenador do Fórum  
de Ciência e Cultura* Carlos Bernardo Vainer

EDITORA UFRJ

*Diretor* Michel Misse

*Diretora adjunta* Fernanda Ribeiro

*Conselho editorial* Eduardo Viveiros de Castro  
Heloisa Buarque de Hollanda  
Norma Côrtes  
Renato Lessa  
Roberto Lent

Rio de Janeiro  
Editora UFRJ  
2015

Título original: *Illégalismes dans la globalisation: migrations, travail, marchés.*  
Copyright © 2014, by Edith Heurgon/Association des Amis de Pontigny-Cerisy.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico – SIBI/UFRJ

I27 *Illegalismos na globalização : migrações, trabalho, mercados /*  
organizadoras Angelina Peralva e Vera da Silva Telles. – Rio de  
Janeiro : Editora UFRJ, 2015.

580 p.; 16 x 23cm.

ISBN 978-85-7108-397-4

Trabalhos apresentados ao Centre International de Cerisy-la-Salle, 2011.

1. Criminalidade internacional. 2. Trabalhadores migrantes. 3. Mercado  
de trabalho. 4. Crime e globalização. I. Peralva, Angelina, org. II. Telles, Vera  
da Silva, org. III. Centre Culturel International de Cerisy-la-Salle.

CDD: 330

*Coordenação editorial*

Maíra Alves  
Sonja Cavalcanti

*Preparação de originais*  
Carolina Massuia de Paula

*Revisão*  
Cecília Moreira  
Thereza Vianna

*Capa*  
Thiago de Moraes Lins

*Fotografia da capa*  
Arquivos Pontigny-Cerisy

*Projeto gráfico*  
Giovani Borher  
Janise Duarte

*Editoração eletrônica*  
Giovani Borher

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Fórum de Ciência e Cultura  
Editora UFRJ  
Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha  
CEP: 22290-902 – Rio de Janeiro, RJ  
Tel./Fax: (21) 2542-7646 e 2295-0346  
Distribuição: (21) 2541-7946  
Livrarias Editora UFRJ: (21) 2295-4095  
Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha  
Rua Lauro Müller, 1 – Botafogo  
Prédio do CCMN – Cidade Universitária  
<http://www.editora.ufrj.br>

Apoio  **Fundação Universitária  
José Bonifácio**

Essa publicação contou com recursos do  
Proex/Capes vinculados ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia da USP



Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Angelina Peralva e Vera da Silva Telles</i>	
Parte 1	
FRONTEIRAS E PASSAGENS	
1 Brincando com o sexo dos “anjos”. Migrantes menores e jovens adultos de sexo masculino: venda de sexo na União Europeia	29
<i>Nick Mai</i>	
2 Controle e liberdade nos projetos de mobilidade entre Espanha e Bolívia ou de migrantes bolivianos	52
<i>Leonardo De la Torre Ávila</i>	
3 Da ambivalência do Estado espanhol diante das condições de passagem e instalação dos migrantes africanos “clandestinos”	75
<i>Pauline Carnet</i>	
4 Indústrias migratórias: uma comparação entre os casos Equador-Estados Unidos e Equador-Espanha	96
<i>David J. Kyle e Rachel Goldstein</i>	
Parte 2	
ECONOMIAS MIGRATÓRIAS, FRONTEIRAS MORAIS E RELAÇÕES DE TRABALHO	
5 Economias migratórias, bifurcações biográficas e fronteiras morais na Europa e na China	121
<i>Laurence Roulleau-Berger</i>	
6 O imigrado e o ilegal: de volta às atividades informais dos estrangeiros	138
<i>Alain Morice</i>	

7	Mobilidade do capital e do trabalho: redes, espacialidades e precariedades na indústria do vestuário <i>Jacob Lima</i>	156
8	A construção da precariedade: o setor da construção civil no Brasil e na França <i>Luciano Rodrigues Costa</i>	171
9	Migrações religiosas em São Paulo: (des)filiação institucional, pobreza urbana e estratégias espaciais <i>Ronaldo de Almeida</i>	187

Parte 3

ARTIGOS *MADE IN CHINA* E CIRCUITOS COMERCIAIS

10	Renascimento das rotas da seda? Leitura espacial de um processo global <i>Olivier Pliez</i>	201
11	Yiwu, China: vilarejo rural que se tornou praça comercial globalizada <i>Gilles Guiheux</i>	215
12	“Pirataria” e “informalidade” na China e no Brasil: aproximações e tensões em suas estratégias de desenvolvimento <i>Rosana Pinheiro-Machado</i>	239
13	As mil e uma peripécias do entreposto africano na Ásia <i>Sylvie Bredeloup</i>	261

Parte 4

CIRCULAÇÕES DE MERCADORIAS E MERCADOS LOCAIS GLOBALIZADOS

14	O dinamismo dos novos mercados do leste argelino: reconfiguração urbana e novos cenários sociais (Aïn Fakroun) <i>Saïd Belguidoum</i>	271
15	Os mercados populares do centro de São Paulo: dispositivos comerciais globalizados <i>Carlos Freire</i>	287
16	Os circuitos do comércio chinês em São Paulo <i>Douglas de Toledo Piza</i>	304
17	Os estudantes africanos da Universidade de Al-Azhar: a legitimação religiosa das atividades comerciais <i>Sophie Bava</i>	320

Parte 5

MERCADOS DA DROGA E AGENCIAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS

18	Tráficos de drogas: entre globalização e localização <i>Michel Kokoreff</i>	331
19	Narcotráfico, conflito armado e segurança: uma perspectiva a partir do caso colombiano <i>Ricardo Vargas Meza</i>	355
20	Estado, crime e mercados no Brasil: estudo sobre a CPI do Narcotráfico <i>Jacqueline Sinhoretto</i>	382
21	Elementos para uma meta-análise: o Relatório da CPI do Narcotráfico como fonte de dados <i>Fernanda de Almeida Gallo</i>	408
22	Sobre um ponto de venda de drogas: notas etnográficas <i>Daniel Veloso Hirata</i>	425

Parte 6

ESTADO, REGULAÇÕES E DIREITO DIANTE DOS MERCADOS ILEGAIS GLOBALIZADOS

23	<i>Globalização por baixo</i> e mercados ilegais <i>Angelina Peralva</i>	441
24	Aventuras do novo capitalismo comercial: ensaio de antropologia e ética mercantil <i>Michel Peraldi</i>	466
25	Trocas ilícitas e mercadorias políticas <i>Michel Misse</i>	498
26	Fronteiras da lei como campo de disputas <i>Vera da Silva Telles</i>	518
27	As mutações do direito: o Estado em face da economia ilícita <i>Wanda M. de L. Capeller</i>	541
28	Os valores universais são universais? <i>Michel Wieviorka</i>	556

Os Autores

569

PLIEZ, Olivier. Toutes les routes (de la soie) mènent à Yiwu (Chine). Entrepreneurs et migrants musulmans dans un comptoir économique chinois. *Espace Géographique*, v. 2, n. 39, p. 131-144, 2010.

PRENANT, André. L'Informel en Algérie, forme de transition ou mode spécifique d'intégration à la mondialisation. *Cahiers du Gremamo*, n. 147, p. 71-94, 2002.

SPIGA, Sassia. Du nouveau système algérien d'importation aux nouvelles centralités commerciales dans la ville algérienne. In: PERALDI, Michel (dir.). *La fin des norias?* Paris: Maisonneuve et Larose, 2002. p. 217-242.

TARRIUS, A. *La mondialisation par le bas: los nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.

## 15. OS MERCADOS POPULARES DO CENTRO DE SÃO PAULO: DISPOSITIVOS COMERCIAIS GLOBALIZADOS

Carlos Freire

Este texto discute as transformações em curso nos tradicionais mercados populares do centro da cidade de São Paulo, transformados em espaços de circulação de pessoas, mercadorias e riquezas em escala global. No bairro do Brás, nas ruas 25 de Março e Santa Ifigênia, cruzam-se diversos circuitos de produção, dos pequenos produtores de fundo de quintal a grandes fabricantes nacionais, passando inclusive por empresas do setor de importação e exportação, que frequentemente atuam no contrabando e na pirataria. Uma gama variada de produtos de procedências diversas – de artigos eletrônicos e equipamentos de informática a bolsas e itens de vestuário – tem nos vendedores ambulantes e galerias da região uma estratégia de distribuição comercial. A diversidade de mercadorias ofertadas a baixos preços e as milhares de pessoas que movimentam esses espaços são características de uma dinâmica econômica vigorosa em pleno coração da metrópole.

Isso não é propriamente uma novidade na região. O comércio popular há muito tempo é uma marca do centro da cidade. No entanto, ao longo da última década, ele ganhou outra dimensão na economia urbana, e parece refletir de maneira particular o desempenho econômico do país nesses anos. O crescimento real da renda, o baixo desemprego e o aumento do consumo<sup>1</sup> na base da pirâmide social<sup>2</sup> têm ali se manifestado pelos milhares de revendedores em busca

1 Um dos fatores do crescimento econômico do Brasil na última década tem sido o aumento do consumo entre a população de renda mais baixa. Parte desse aumento se dá pelo endividamento das famílias nos serviços de crédito das grandes redes varejistas, como demonstra Cláudia Sciré (2012) em sua pesquisa sobre consumo popular.

2 A respeito do trabalho na base da pirâmide social brasileira ao longo da última década, ver Pochmann (2012).

de oportunidades de compras, vindos das periferias da cidade, das cidades do interior do estado, de outros estados e, por vezes, de outros países. As galerias se multiplicaram, as manchas de comércio se expandiram e cresceu a importância econômica desse circuito.

A informalidade é uma característica marcante desses mercados. Ao contrário de uma suposta ausência do Estado, este está presente por meio de ações de controle e fiscalização de diferentes instâncias de governo: federal, estadual e municipal. Mais recentemente, vêm sendo implementadas políticas de formalização e promoção do chamado empreendedorismo, ao mesmo tempo que se observa o recrudescimento da repressão policial em relação ao comércio de rua, cada vez menos tolerado pelas instâncias governamentais e agências de controle e fiscalização.

As transformações em curso não devem ser compreendidas apenas à luz das dinâmicas internas do país. Esses mercados populares são, cada vez mais, espaços globalizados, atravessados por dinâmicas globalizadas. Embora a maioria dos comerciantes certamente seja composta por brasileiros, há também uma notável concentração de imigrantes. Alguns trabalham com a distribuição de produtos locais, principalmente vestuário – como bolivianos, coreanos e, em menor medida, paraguaios e peruanos. Outros atravessam o Atlântico em busca das roupas confeccionadas no Brasil para revendê-las em seu país, como os angolanos. Libaneses e chineses, por sua vez, atuam na distribuição de artigos importados. Esses lugares, situados no centro da cidade e seu entorno imediato, são pontos de articulação de circuitos comerciais, de escalas variadas, que indicam o crescimento das trocas entre países do Sul, não apenas em termos de investimentos de capital e demanda de matérias-primas mas também em termos de mobilidade de pessoas e circulação de mercadorias. Esses tradicionais centros de comércio passam por profundas transformações em razão dos fluxos econômicos que os atravessam, sendo atualmente foco de intervenções do poder público e campo de disputas entre diferentes grupos.

#### CENTROS COMERCIAIS EM DISPUTA

Em um raio de não mais que três quilômetros a partir do marco zero da cidade, estão localizadas a região do Brás, a rua 25 de Março e a rua Santa

Ifigênia. Situados na confluência de várias linhas de transporte público, são locais de grande afluência de pessoas.

A região do Brás, localizada na área expandida do perímetro central, foi o primeiro polo industrial da cidade. Juntamente com a do Bom Retiro, constitui ainda hoje o principal centro de produção e distribuição de artigos de vestuário do país (Kontic, 2007). Também é um ponto de entroncamento de duas das principais linhas de trem da cidade e de uma linha de metrô (estação Brás). A forte presença de migrantes está ligada à própria história de formação do bairro. Atualmente, destacam-se os bolivianos que moram e trabalham em oficinas de costura subcontratadas, mas que também atuam no comércio ambulante, vendendo artigos que eles mesmos produzem (Freire, 2008). O comércio ambulante é uma característica da região; os ambulantes trabalham majoritariamente com artigos de vestuário, frequentemente produzidos por eles mesmos. Antes locus importante de concentração industrial, a indústria de confecções da região deu lugar a grande número de lojas-fábrica, após os processos de reestruturação nos anos 1980. Embora o Brás continue sendo um grande centro produtor, são numerosos os galpões abandonados das antigas indústrias que funcionavam no local. Muitos deles foram ou estão sendo convertidos em galerias.

A região da rua 25 de Março, por onde passava o rio Tamanduateí, abrigou no início de sua formação as primeiras feiras da cidade, que comercializavam mercadorias vindas do porto de Santos ou que seguiriam para o interior do estado. No final do século XIX, consolidou-se com o comércio popular. Migrantes árabes, sobretudo sírio-libaneses, instalaram-se na área, trabalhando com produtos importados.<sup>3</sup> Porém, foi com as lojas de armarinho que eles consolidaram sua presença na região. Os libaneses presentes em São Paulo constituem uma das maiores comunidades dessa nacionalidade fora do Líbano, sendo, ainda hoje, proprietários de muitos imóveis e lojas tradicionais da região. Mais recentemente, os chineses passaram a se destacar, atuando principalmente nas galerias. A região também é um dos principais polos de concentração de vendedores ambulantes de São Paulo, que fazem circular artigos importados, por vezes frutos do contrabando e da pirataria: bolsas, perfumes, tênis, brinquedos, muitas bijuterias, CDs e DVDs, etc. Os ambulantes vendem no varejo aquilo que as lojas fornecem no atacado. E se abastecem nas galerias comerciais instaladas na região. Segundo

<sup>3</sup> Sobre a história da formação da rua 25 de Março, ver Oliveira (2010).

informações da Prefeitura de São Paulo, cerca de 400 mil pessoas ali circulam diariamente; próximo às datas mais importantes para o comércio, esse movimento facilmente ultrapassa um milhão de pessoas.

Por fim, a região da rua Santa Ifigênia: também situada no perímetro central da cidade, próximo à rua 25 de Março, é um lugar de difusão e consumo das mais avançadas tecnologias da informação, onde são vendidos componentes de computadores e uma grande diversidade de equipamentos eletrônicos. Na região também existem muitas galerias e é grande a presença de imigrantes chineses e libaneses que se instalaram ali, principalmente após a abertura econômica em 1992, vindos de Ciudad del Este, no Paraguai. Enquanto as lojas comercializam *hardwares* e eletroeletrônicos, os vendedores ambulantes distribuem *softwares* e jogos eletrônicos piratas, controles remotos, pilhas, baterias, *pen drives* e acessórios para os eletroeletrônicos. A região já foi conhecida como a “boca do lixo” (lugar mítico que foi berço da criminalidade das décadas de 1950 e 1960 em São Paulo) e pelas casas de prostituição que se situavam em suas proximidades.<sup>4</sup> Atualmente, tangencia a área de venda e consumo de crack, a chamada *cracolândia*.

No caso do Brás, houve certa degradação urbana, associada aos impactos locais da reestruturação do sistema produtivo e ao fechamento de muitas das fábricas na região. Quanto às ruas 25 de Março e Santa Ifigênia, ambas acompanharam o chamado “processo de degradação do centro da cidade” a partir dos anos 1960 e na década seguinte, com o deslocamento de sedes de empresas em busca de edificações mais modernas e com melhores condições de infraestrutura urbana rumo ao vetor sudoeste da cidade (Villaça, 1998) – o “lado globalizado” da cidade, com as sedes das instituições financeiras e os escritórios de grandes corporações transnacionais. Esse suposto “abandono” da região central parece ter favorecido sua ocupação pelo comércio e serviços dirigidos a uma população de menor poder aquisitivo. Enquanto as elites se afastavam do centro, a região passava a se caracterizar pelo alto movimento de pedestres em trânsito entre os terminais de ônibus e estações de metrô e trem, contribuindo para a popularização das atividades econômicas do centro (Nakano, Campos e Rolnik, 2004) e a concentração de vendedores ambulantes por toda a região central, sobretudo a partir dos anos 1980.

4 Sobre esse período e a “boca do lixo”, ver Costa (2010).

Atualmente, o Brás e as ruas Santa Ifigênia e 25 de Março são focos das chamadas *políticas de revitalização urbana*. O primeiro projeto nesse sentido foi a Concessão Urbanística Nova Luz, abrangendo a região de comércio que inclui a rua Santa Ifigênia. Regulamentada em 26 de fevereiro de 2009 pelo prefeito Gilberto Kassab (2008-2012), trata-se de um instrumento inédito, criado para revitalizar áreas degradadas após concessões de obras públicas e intervenções urbanas a iniciativa privada. Segundo o projeto, as empresas ganhadoras da concessão participam da gestão do uso do solo e podem realizar desapropriações, negociando as indenizações diretamente com os atingidos; em contrapartida, podem explorar a renda do aluguel ou da venda dos imóveis desapropriados. Outro projeto é o Novo Parque Dom Pedro II, que prevê intervenções destinadas à criação de equipamentos públicos e obras viárias, estacionamentos e galerias comerciais, visando melhorar o entorno do Mercado Municipal, promover a integração da área com a outra margem do rio Tamanduateí e incentivar o dinamismo comercial da região da rua 25 de Março.

Por fim, há o projeto Circuito das Compras, que propõe a articulação de um corredor entre o Brás, as ruas 25 de Março, Santa Ifigênia e o Bom Retiro, com transporte circular, serviços de logística e equipamento de apoio para favorecer o turismo de compras na região. O Circuito das Compras prevê uma grande estrutura a ser construída no Pátio do Pari, onde hoje funciona a feira da madrugada: estacionamentos cobertos para ônibus fretados, vans e automóveis, shopping popular de compras, hotel e duas torres comerciais. Ele prevê ainda um sistema de logística voltado a lojistas e clientes, que contariam com facilidades para despachar as compras diretamente a seus ônibus, sem necessidade de carregar as mercadorias.

Esses projetos têm sido foco de inúmeros conflitos na região, o que sinaliza a importância das mudanças em curso. O fato é que a dinâmica comercial dessas regiões é tão pujante que chega a afetar o mercado imobiliário local e do entorno. O preço do metro quadrado na rua 25 de Março e região do Brás chega a atingir valores mais altos do que outros centros comerciais mais prestigiosos da cidade. Segundo pesquisa comparativa realizada pela consultoria Cushman & Wakefield (Burgarelli, 2011), o valor do metro quadrado chegaria a até R\$ 1.000 na rua 25 de março e R\$ 800 no Brás, acima do preço médio pago no comércio voltado para a elite nos shoppings Iguatemi (R\$ 744) e Cidade Jardim (R\$ 564), e nas ruas Oscar Freire (R\$ 230) e Haddock Lobo (R\$ 162). Quanto à rua Santa

Ifigênia, devido à inflação do mercado imobiliário, muitas das lojas tradicionais estão se transferindo para as ruas adjacentes e cedendo lugar às galerias. O fato é que o desenvolvimento desses mercados populares tem provocado efeitos sobre a produção do espaço, sobretudo a partir do comércio atacadista nas galerias, que vem substituindo as lojas tradicionais e ocupando galpões antes abandonados, atraindo milhares de revendedores em busca de oportunidades de negócio.

#### BALCÃO DE OPORTUNIDADES

A valorização do metro quadrado<sup>5</sup> nesses espaços de comércio popular se dá, em boa medida, pela multiplicação, nos últimos anos, das galerias, também chamadas de shoppings populares ou minishoppings, como dispositivo comercial. Nelas, o espaço é subdividido em uma série de pequenos boxes, em sua maioria não mais que 4m<sup>2</sup>. O fracionamento do espaço diminui o custo financeiro para cada comerciante individualmente: apesar de estarem na área do metro quadrado mais caro da cidade, o tamanho médio de cada boxe em uma galeria é muito menor do que o de uma loja convencional. Por outro lado, cada metro é locado por um valor mais alto, e as galerias abrigam mais pessoas, o que garante um alto lucro para os donos dos empreendimentos. Assim, a renda imobiliária auferida com o fracionamento do espaço e sua sublocação é maior do que com a atividade comercial convencional. Esse fracionamento corresponde a uma multiplicação dos pontos de comércio.

As galerias comerciais se difundiram amplamente nos últimos anos. A Galeria Pagé, a primeira e mais famosa delas, localizada na região da rua 25 de Março, foi inaugurada em 1963, em um prédio de 12 andares com espaço para 170 lojas. Ao longo dos anos as lojas foram subdivididas e multiplicaram-se os pontos comerciais em seu interior. Outras galerias vieram bem depois, na década de 1990, como o Shopping 25 de Março, o Shopping Mundo Oriental e o Shopping Duprat. Há ainda as pequenas galerias, mais recentes, que ocuparam o lugar deixado por algumas lojas, sendo muitas delas investimentos realizados por chineses. Na rua Santa Ifigênia, as galerias são menores e não ocupam prédios inteiros; há apenas uma grande, a Galeria São Paulo, ocupando um quarteirão.

5 Para uma discussão a respeito do valor de localização de um ponto comercial, ver Villaça (1998).

Antes dos anos 2000, eram apenas três galerias, atualmente são mais de vinte a ocupar a rua principal do comércio na região. No Brás, a primeira galeria surgiu em 2008. Em menos de cinco anos, elas se multiplicaram, ocupando galpões sem uso e criando movimento em ruas que estavam fora da mancha do comércio. É o caso do Shopping Vautier, a maior galeria da região, que funciona em uma antiga fábrica de produtos alimentícios e possui estacionamento para ônibus.

O grande número de pequenos revendedores garante a viabilidade desse tipo de comércio e impulsiona sua multiplicação. O mesmo se dá com as chamadas feiras da madrugada: uma delas se realiza na rua 25 de Março, a outra no Brás. Elas têm a mesma lógica das galerias, mas são realizadas em locais abertos e têm um horário peculiar de funcionamento: de segunda a sábado, das 2 horas da madrugada até às 7 horas da manhã, com vendas majoritariamente no atacado. No início, o horário de funcionamento foi definido para evitar conflitos com os lojistas estabelecidos na região, além de permitir contornar a fiscalização. A feira da madrugada começou em 2003 na rua 25 de Março, por iniciativa de um sindicato de ambulantes,<sup>6</sup> como uma feira atacadista voltada ao abastecimento dos ambulantes da cidade. Em 2004, por negociação com a prefeitura, ela foi transferida<sup>7</sup> para o Brás, na principal via de comércio da região, a rua Oriente. Excursões de compradores vindos do interior e de outros estados do país começaram a chegar cada vez mais cedo, para participar daquilo que era, então, chamado de a "feirinha dos ambulantes".

Atualmente, a feira da madrugada é realizada em um imenso espaço próximo à linha férrea, conhecido como Pátio do Pari. Antes, o local era apenas um estacionamento, depois parte do seu espaço foi loteada para abrigar os vendedores ambulantes. Conforme informado pelo grupo que administrava o local em 2009, a feira teria entre cinco e sete mil barracas, formando verdadeiros labirintos de corredores estreitos, entulhados de mercadorias de todos os tipos e por onde os clientes circulam e se atropelam com seus enormes sacos de plástico abarrotados de compras. A estimativa é que ali circulem diariamente entre 15 e 20 mil pessoas, em sua grande maioria sacoleiros. O local conta com amplo espaço para centenas de ônibus estacionados, por volta de 200 por dia, boa parte fretada,

6 Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo (Sindicisp).

7 Na prática houve a criação de outra feira, pois a primeira nunca deixou de existir na rua 25 de Março, especializando-se na venda de CDs e DVDs.

vinda do interior de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, Minas Gerais e de alguns de estados do Nordeste. Também estão presentes os angolanos, que mobilizam ampla gama de serviços e expedientes para a travessia do Atlântico e a viabilização das operações de compra e transporte, principalmente de artigos de confecção. Quanto aos que ofertam as mercadorias, há um grande número de chineses que trabalham com bolsas, roupas de tecido sintético, calças jeans, bijuterias, artigos de papelaria e brinquedos. Os bolivianos trabalham principalmente com roupas femininas e de algodão. Há produtores de jeans e bermudas de tacet vindos da região Nordeste, sobretudo de Pernambuco. Embora realizada em um terreno público, a feira é administrada pela iniciativa privada.

Para os revendedores, a grande atração da região está no seu diferencial frente a outros centros de comércio popular da cidade e mesmo do país, como o shopping popular do Otapoque, em Belo Horizonte (Lima, 2011), o camelódromo da Uruguaiana, no Rio de Janeiro (Gomes, Reginensi e Bautas, 2007) ou, ainda no Rio de Janeiro, a região de comércio conhecida como Saara (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega) (Cunha e Mello, 2006). Não se trata apenas de uma diferença de escala. Dado o grande volume de mercadorias mobilizado pelo comércio varejista, a região em tela vem polarizando esses outros centros de comércio, impondo-se como centro de abastecimento de todos eles. Toda a área vem se tornando um verdadeiro entreposto comercial, onde se encontram produtores, importadores, distribuidores e revendedores de origens muito diversas. Além da região do Brás e do Bom Retiro, as ruas 25 de Março e Santa Ifigênia cada vez mais se destacam como polos de distribuição comercial em torno dos quais se estrutura um verdadeiro “turismo de sacoleiros”.

Esses centros de comércio também abastecem os pequenos comerciantes da periferia urbana, de cidades do interior e de outros estados, que veem a possibilidade de desenvolver seus negócios sem a necessidade de grandes recursos financeiros, nem de se constituir como empresa formal para comprar diretamente dos produtores – barreira muitas vezes impeditiva para a compra nas grandes redes de comércio atacadista ou diretamente nas indústrias. As condições de compra no atacado praticadas nesses espaços permitem a redução do crédito necessário para os pequenos comerciantes. Mesmo que a maioria das compras seja paga à vista, em “dinheiro vivo”, o pequeno número de peças exigido para vendas no atacado, combinado aos preços baixos, reduz substancialmente a barreira do crédito. Desse modo, há um fluxo constante e regular de pessoas que negociam

grandes volumes de mercadorias, contando com uma infraestrutura de atendimento que oferece hotéis, hospedarias, estacionamentos de ônibus, agências de excursão e até guias de compras.

No princípio, o comércio ambulante era o centro da dinâmica comercial. As galerias, então pouco numerosas, eram seus maiores clientes. Dez anos depois, os shopping centers populares se multiplicaram. Com as mudanças de escala e a importância do atacado no centro de São Paulo, os lugares mais valorizados são aqueles que estão na rota dos sacoleiros, ou seja, as galerias e feiras da madrugada, que assim se tornaram pontos estratégicos para a distribuição de produtos em larga escala e com grande ramificação para lugares diversos. Os vendedores ambulantes perderam espaço. Muitos foram convertidos em lojistas nas galerias, em grande parte uma conversão forçada pelo acirramento da repressão policial ao comércio ambulante, como veremos, depois de 2009.

Os mercados populares do centro de São Paulo constituíram-se em importantes entrepostos comerciais, e as galerias são como “balcões de oportunidades” (Ruggiero, 2001), tanto para quem busca esses espaços para se abastecer, como para quem procura um canal de escoamento para sua produção ou a distribuição de artigos importados. É por isso que esses espaços são locais estratégicos, mas também um grande negócio para quem controla as galerias, um empreendimento imobiliário e comercial altamente lucrativo. Há uma meada de atores muito desiguais, que se diferenciam em virtude do lugar ocupado nesses canais de circulação e distribuição, cada um fazendo da oportunidade do outro sua fonte de lucro.

#### EMPREENDEDORISMO E REPRESSÃO POLICIAL

Os mercados populares do Brás, rua 25 de Março e Santa Ifigênia são alvos constantes de operações de fiscalização e controle do Estado, envolvendo diferentes instâncias de governo: federal, estadual e municipal. A informalidade está longe de significar ausência do Estado. Talvez essas regiões sejam as mais policiadas da cidade. O jogo entre tolerância e repressão na gestão dos ilegalismos praticados nesses espaços é um elemento constitutivo dos agenciamentos políticos que viabilizam tais mercados.

Recentemente, tiveram início políticas de incentivo à formalização e fomento ao chamado empreendedorismo, como estratégia de formalização do comércio praticado nessas regiões. O governo federal criou uma nova figura jurídica

para incentivar a constituição de pequenos empreendimentos formalizados, por meio da Lei do Microempreendedor Individual, regulamentada em julho de 2009, que permite constituir uma empresa, desde que não exceda rendimentos de 60 mil reais anuais, com uma burocracia simplificada, realizando-se procedimentos pela internet e pagando-se impostos fixos, no valor de R\$ 37,10. Apesar do baixo valor de imposto pago por cada microempreendedor, a arrecadação constitui um montante razoável, considerado o conjunto. O microempreendedor individual pode ter apenas um funcionário e deve apresentar relatórios mensais sobre suas atividades econômicas de compra e venda. Como benefícios, tem acesso à Previdência Social, pode tomar empréstimo em instituições financeiras e contar com serviços bancários, como as máquinas eletrônicas de crédito e débito, bem como comprar diretamente das indústrias e emitir nota fiscal.

Em todo o país, inúmeros pequenos empreendimentos vêm sendo formalizados por meio dessa lei. De acordo com dados da Receita Federal, cerca de 2,540 milhões de empresas individuais estão ativas em todo o país, com aproximadamente 620 mil no estado de São Paulo e 208 mil na capital. O comércio varejista é seu principal setor de atividade, concernindo a 30% delas, e a maioria dessas empresas trabalha com artigos de vestuário. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – entidade civil sem fins lucrativos, coordenada por representantes da iniciativa privada e representantes do poder público – realiza trabalhos com esses mercados populares para incentivar sua formalização: com tendas temporárias e unidades móveis, realiza o processo de formalização em poucos minutos. Trata-se de uma política de âmbito nacional, que tem como grande parte de seu público-alvo esses pequenos comerciantes.

Paralelamente aos incentivos públicos para formalizar as atividades, houve o recrudescimento da repressão ao comércio de rua, da fiscalização nas galerias e das ações de combate à pirataria. Frequentemente, grandes operações são realizadas, geralmente próximo às vendas de final de ano, envolvendo a Polícia Federal, agentes fiscais da Receita Federal, policiais civis e militares, fiscais da prefeitura e Guarda Civil Metropolitana, entre outros. Tais operações são movidas contra as galerias, sobretudo na região da rua 25 de Março, a partir da solicitação de entidades de defesa de marcas ligadas a empresas privadas.<sup>8</sup> Dezenas de toneladas

8 Podemos citar: Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Grupo de Proteção à Marca, Coalização das

de mercadorias são retidas, os donos das lojas são autuados, os estabelecimentos são lacrados e, por vezes, as próprias galerias são interditadas, frequentemente sob o argumento de falta de condições de segurança nos edifícios e de alvarás de funcionamento. Em geral, uma semana depois, as galerias já se encontram novamente em pleno funcionamento, pois essas operações são parte constitutiva da sua dinâmica; de tempos em tempos elas entram em ação, sem, contudo, comprometer o andamento regular dos negócios.

Quanto ao comércio ambulante, o recrudescimento da repressão foi maior. A prefeitura intensificou o combate aos camelôs, investindo contra aqueles que não tinham autorização para trabalhar e recorrendo à Justiça para cassar o Termo de Permissão de Uso (TPU) dos demais.<sup>9</sup> Em dezembro de 2009, a prefeitura firmou um convênio com o governo do estado e a Polícia Militar, que passou a atuar diretamente na repressão ao comércio ambulante. Trata-se da Operação Delegada, pela qual um funcionário estadual (policia militar) acumula funções e atribuições de um poder fiscal do município, o agente vistor e a Guarda Civil Metropolitana (Hirata, 2011). Em outros termos: a prefeitura delega aos policiais militares a atribuição de impedir a atividade dos que não possuem o TPU e fiscalizar os demais. O convênio foi firmado no âmbito de um programa do Ministério da Justiça, da Comissão Nacional de Combate à Pirataria, chamado Cidade Livre de Pirataria e Comércio Ilegal, pelo qual a prefeitura se compromete a desenvolver ações e unir esforços contra a pirataria. Uma das diretrizes do programa é justamente a ação articulada entre as várias instâncias de governo para o combate à pirataria.

Os policiais trabalham em regime de hora extra e recebem da prefeitura R\$ 18 por hora para combater os camelôs. A medida também faz parte de uma política de regulamentação da hora extra para os policiais, como forma de diminuir o “bico” em horas de folga, o chamado “bico legal” ou “bico oficial”. A diferença entre a atuação dos policiais e a da Guarda Civil Metropolitana ou dos agentes fiscais é que estes últimos atuam apenas no controle do uso do

Empresas Brasileiras, Aliança de Negócios de Software (BAS), Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Instituto Akatu, Associação Antipirataria no Cinema e Música (APCM).

<sup>9</sup> Apenas a partir da ação conjunta de algumas organizações de ambulantes e uma entidade civil de defesa dos direitos humanos, o Centro Gaspar Garcia, foi possível suspender a ação que cassava o TPU dos ambulantes autorizados a trabalharem nas ruas.

espaço, mercadorias, barracas, edificações, bens públicos, enfim, nas regulações administrativas. Já a polícia atua no controle das condutas, com poder de prisão. Não houve nenhuma alteração legal que mudasse a situação dos ambulantes: o que muda são as possibilidades de sua incriminação.

A rua 25 de Março foi o primeiro lugar em que a Operação Delegada foi implantada. Em virtude de sua grande concentração de vendedores ambulantes, ela foi definida como zona prioritária. Um mês depois, a operação foi expandida para o Brás e a rua Santa Ifigênia; depois, foi implantada nas outras regiões da cidade. No início, designou-se um efetivo de 250 policiais militares para a operação; seis meses depois, esse efetivo era de quatro mil.

O impacto sobre o comércio de rua foi expressivo; o número de ambulantes nas ruas foi drasticamente reduzido. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), entre 2010 e 2011 houve uma redução da ordem de 41 mil pessoas na categoria de ocupados no comércio em vias públicas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP): de um total de 160 mil em 2010 chegou-se a 119 mil em 2011. Essa redução pode ser bem maior, já que o “bico legal” espalhou-se por toda a cidade e expandiu seus horários de funcionamento. Ambulantes com mais recursos alugaram boxes nas galerias; outros foram trabalhar como vendedores nas lojas de galeria. Por algum tempo, as feiras da madrugada foram o único refúgio para os camelôs; a Polícia Militar realizava as “operações arras-tão” apenas a partir das 7 horas da manhã, visando aos ambulantes sem TPU. Mas a Operação Delegada expandiu sua atuação para a madrugada, restringindo ainda mais as possibilidades de trabalho dos ambulantes. Isso provocou grandes manifestações de protesto, em outubro de 2011. Todos os que trabalhavam na feira, nas ruas do Brás, foram impedidos de fazê-lo; a feira da madrugada ficou restrita ao espaço do Pátio do Pari. No primeiro dia, os manifestantes viraram um carro na rua Oriente e atearam fogo, impedindo o comércio de abrir as portas e fechando a avenida do Estado; foram dispersados pela polícia. No segundo dia de protestos, eram 400 manifestantes; foi mobilizado um efetivo de 600 policiais militares, entre Tropa de Choque, Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam), Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e até o Regimento de Polícia montada (Cavalaria).

Sob o argumento e a justificativa do combate à pirataria e ao comércio ilegal, os ambulantes são criminalizados; associados ao crime, sua remoção das ruas é apresentada como medida de segurança. Apenas os que possuem permissão continuaram nas ruas; outros tiveram de se sujeitar a formas muito precárias de trabalho, carregando as mercadorias coladas ao corpo, prontos a se dispersar ao menor sinal de aproximação da polícia. Uma das consequências disso foi a criação de mais galerias; vários locais, como estacionamento, uma oficina mecânica e algumas lojas, foram fracionados em pequenos pontos de comércio para abrigar os camelôs.

### ESPAÇOS GLOBALIZADOS

Os agenciamentos políticos locais são importantes para compreender de que modo alguns espaços da cidade se constituíram como pontos de ancoramento dessa circulação de mercadorias e pessoas em escala global. A vinculação desses mercados no centro de São Paulo com uma dinâmica mais ampla não é novidade. Desde muito tempo os sacoleiros praticam o chamado contrabando de formiga no trajeto Ciudad del Este-São Paulo. No entanto, mudaram as mediações, as vias pelas quais essas mercadorias chegam à cidade, bem como a escala desses fluxos: das margens estreitas da Ponte da Amizade, na cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu, aos contêineres dos navios dos portos de Santos, o principal do país, e de Paranaguá. Após a abertura econômica no início da década de 1990, a ampliação das importações legais também abriu outros caminhos para as importações ilegais por via portuária, com circuitos mais variados de mercadorias e volumes bem mais expressivos.

As pesquisas de Fernando Rabossi (2004) sobre o comércio ambulante em Ciudad del Este, no Paraguai, apontam mudanças no tradicional circuito de contrabando Brasil-Paraguai. Segundo o autor, no correr dos anos 1990, o comércio de Ciudad del Este, altamente dependente da atividade de sacoleiros e importadores que atuam na região, sofreu o impacto da reorientação dos fluxos econômicos que então passavam pela região. Ainda se trata de uma rota importante de contrabando, porém com dimensões menores do que antes. Os atores de que fala Rabossi (2004) são os mesmos nas ruas 25 de Março e Santa Ifigênia: libaneses e chineses.

Como já comentado, os libaneses estão presentes na região há muito tempo, e grande parte de suas atividades concentrou-se na região da rua 25 de Março. Entre 1973 e 1992, em consequência da guerra civil no Líbano, outra geração de migrantes libaneses veio para São Paulo, apoiando-se na acolhida dos compatriotas já instalados na cidade (Bueno e Khoury, 2008); outros se dirigiram para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este (Arruda, 2007). No início, atuavam principalmente na rua 25 de Março; depois, instalaram suas atividades também na Santa Ifigênia. Se a primeira geração firmou-se no comércio de tecidos e roupas produzidas na cidade, os libaneses da nova geração instalaram-se nas atividades de importação e comercialização de eletroeletrônicos e estão igualmente presentes nas galerias.

Quanto aos chineses, já estavam presentes em pequeno número nessa região de São Paulo; após os anos 1990, sua presença aumentou substancialmente. A migração mais recente se apoia no dispositivo comercial das galerias: muitos de seus proprietários são chineses que chegaram à cidade entre as décadas de 1950 e 1970 (Piza, 2012). Segundo Piza, os migrantes da primeira geração desempenharam papel importante na abertura das galerias comerciais e na importação direta dos produtos da costa sudoeste da China. De fato, a migração chinesa acompanha a evolução desses mercados das ruas 25 de Março e Santa Ifigênia. Sua presença como vendedores nos boxes das galerias é notável. Mas eles também são os responsáveis pelos empreendimentos imobiliários das galerias, investindo no mercado imobiliário da região; no Brás, antigos galpões industriais foram locados ou comprados e transformados em galerias comerciais ou depósitos de mercadorias.

O fato é que as rotas transnacionais de circulação dessas mercadorias afetam as localidades e produzem espacialidades (Pliez, 2007). A partir de 1990, muitos chineses e libaneses, antes instalados em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, mudaram-se para São Paulo e estabeleceram suas atividades na região das ruas 25 de Março e Santa Ifigênia, mas nem toda essa dinâmica se deve aos produtos chineses importados. A produção da indústria de confecções no Brás e no Bom Retiro também compõe esses mercados, além de mobilizar dinâmicas migratórias, nesse caso em torno de uma produção local, atraindo revendedores que buscam especificamente essa produção. No entanto, a distribuição de muitos pequenos produtores depende das galerias e da feira da madrugada. A lógica de comércio formada na região da rua 25 de Março expandiu-se para a região da

Santa Ifigênia e do Brás. Em seu conjunto, são dinâmicas que contribuíram para a formação de um entreposto comercial que extrapola amplamente o âmbito local ou mesmo regional de São Paulo.

## CONCLUSÃO

Os elementos aqui apresentados sugerem algumas considerações sobre a *globalização por baixo* (Portes, 1997; Tarrius, 2002) ou sobre a “globalização popular não hegemônica” (Ribeiro, 2010). Essas dinâmicas estão longe de ser desterritorializadas: é a partir de espaços específicos da cidade, de sua história urbana e dos agenciamentos políticos locais que se articula essa ampla circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. Por outro lado, o que se passa em São Paulo não pode ser explicado apenas pela mobilidade e capacidade dos migrantes para fazer circular mercadorias: eles são operadores de escala em suas atividades na importação e distribuição de mercadorias, assim como no comércio atacadista e varejista; mas essa dinâmica também depende dos revendedores que garantem uma ampla dispersão desses produtos para muito além do âmbito local. Essa circulação envolve atores muito desiguais, e isso é fundamental para entender o funcionamento de tais mercados. Há uma divisão de trabalho em torno dessa circulação, mobilizando atores desiguais que, entretanto, participam todos, de diferentes maneiras, de seu funcionamento.

Por fim, as dinâmicas observadas estão longe de se caracterizarem por uma ausência estatal. As ações de fiscalização e controle também compõem e dão forma a esses mercados: ao lado do recrudescimento da repressão ao comércio ambulante e à venda de produtos pirateados, há políticas de indução à formalização dessas atividades, nos termos de microempreendimentos. Trata-se de formas de controle desses mercados que sugerem estarmos diante de uma importante fronteira de expansão econômica que mobiliza e coloca em disputa muitos atores.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Aline Maria T. *A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

- BAUTÈS, Nicolas; GOMES, Maria de Fátima C. M.; REGINENSI, Catherine. Les commerçants ambulants et leurs clients à Rio de Janeiro. *Espaces et sociétés*, n. 135, p. 79-97, 2007.
- BUENO, Marielys S.; KHOURY, Dolly. Redes de acolhimento para a imigração libanesa em São Paulo. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Abep, 2008.
- BURGARELLI, Rodrigo. M<sup>2</sup> no Brás sai mais caro que na Oscar Freire. *O Estado de S. Paulo*, 30 out. 2011. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,m-no-bras-sai-mais-carro-que-na-oscar-freire-imp-,792320>>. Acesso em: 4 jul. 2014.
- COSTA, Luciano. *Glamour e Boca do Lixo: história da prostituição no centro de São Paulo*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- CUNHA, Neiva V.; MELLO, Pedro Paulo T. Saara: reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca. In: REGINENSI, Catherine (org.). *Cidade: transformações no mundo do trabalho e políticas públicas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 120-137.
- FREIRE, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- HIRATA, Daniel V. *Ilegalismos, controle social e mercadorias políticas no Rio de Janeiro e São Paulo: uma pesquisa comparativa*. Rio de Janeiro: NECVU-UFRJ, 2011. (Relatório de Pesquisa.)
- KONTIC, Branislav. *Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LIMA, Lívia S. *Nas teias do ilegalismo: o shopping popular Oiapoque*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido M.; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004.
- OLIVEIRA, Lineu F. *Mascates e sacoleiros: empreendedores que construíram uma região – rua 25 de Março desde 1865 fazendo história*. São Paulo: Scortecci, 2010.

- PIZA, Douglas. *Um pouco da globalização contada a partir da região da rua 25 de Março: migrantes chineses e comércio “informal”*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- PLIEZ, Olivier. Des jeans chinois dans les rues du Caire, ou les espaces discrets de la mondialisation. *Mappemonde*, n. 88, 2007. Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num16/articles/art07404.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PORTES, Alejandro. Globalization from below. In: KORZENIEWICZ, Roberto P.; SMITH, William C. (org.). *Latin America in the world economy*. Westport: Greenwood Press, 1997.
- RABOSSI, Fernando. Dimensões da espacialização da troca: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Cidade Del Este. *Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras do Campus de Foz do Iguaçu*, v. 6, n. 6, p. 151-176, 2004.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 21-38, 2010.
- RUGGIERO, Vincenzo. *Crime and markets: essays in anti-criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de Oliveira. *Consumo popular, fluxos globais: práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2012.
- TARRIUS, A. *La mondialisation par le bas: los nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.